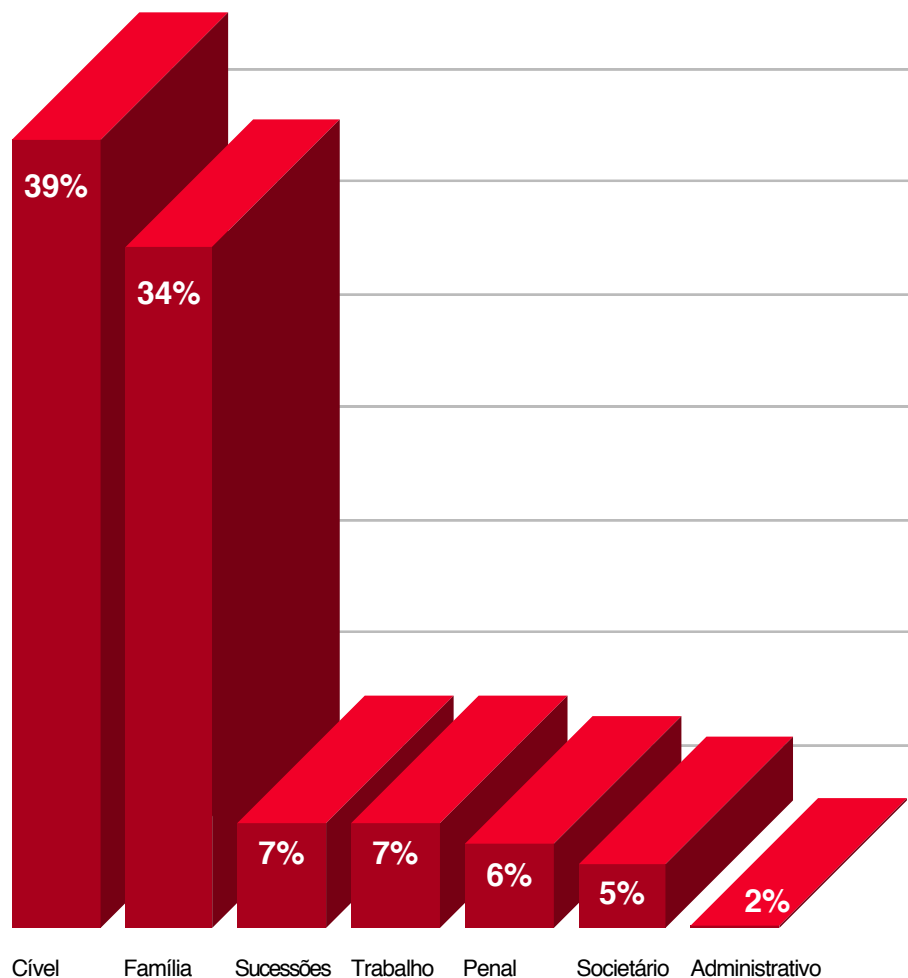


Divisão de Assistência Judiciária beneficia população carente



A grande demanda da DAJ concentra-se nas áreas Cível e de Família, o que corresponde a mais de 70% dos casos anotados.

Veja nesta edição:

Professores do Direito discutem sobre o ensino e a formação na área em seminário nacional

Pág. 5

Entrevista com o professor Edgard Audomar Marx, que recebeu o Prêmio UFMG de Teses 2014

Pág.7

Com 56 anos de atuação na área de prestação de serviço voluntário, a Divisão de Assistência Judiciária (DAJ) proporciona às pessoas de baixa renda o direito à justiça. Em 2013, cerca de mil pessoas foram assistidas gratuitamente pela divisão nos diversos órgãos do Poder Judiciário e, no primeiro semestre deste ano, esse número já chegou a 500 casos. Os atendimentos são voltados para a orientação jurídica, a prevenção de litígios, a consultoria jurídica e o ajuizamento e acompanhamento de ações judiciais.

Atualmente, 34 estagiários (estudantes do 7º período da Faculdade de Direito) e 22 orientadores (entre professores e advogados que atuam de forma voluntária) participam dos atendimentos, realizando um trabalho semelhante ao que é desenvolvido pela Defensoria Pública.

Página 3

O tempo é de mudanças

A Faculdade de Direito da UFMG, como toda instituição de ensino que tem sua grandeza e seu dinamismo, está passando por um processo de modificações internas necessárias para a consolidação e o desenvolvimento dos patamares alcançados até o momento. Essa mudança é revigorante por trazer um sentimento de esperança no êxito das transformações a serem implementadas.

Foi com esse pensamento que uma parcela considerável da comunidade acadêmica conferiu legitimidade à nova direção da faculdade, o que propiciou uma transição pacífica e coesa. Mesmo com a chapa única, a participação das pessoas no processo eleitoral demonstra nossa elevada consciência democrática.

A solenidade de posse, no dia 24 de novembro, contou com a presença do reitor da UFMG, Jaime Arturo Ramírez, que empossou o novo diretor. Agora, inicia-se o quadriênio destinado à realização das propostas da nova gestão.

Entre as prioridades da diretoria, está a promoção de uma maior integração entre os três segmentos da faculdade – alunos, professores e servidores –, visando construir um ambiente harmônico e pacífico. Para isso, é fundamental priorizarmos a transparência administrativa e a abertura para a participação da comunidade acadêmica. Os desafios e as responsabilidades que se apresentam para a diretoria são muitos, e não há como se desincumbir desses *munus* solitariamente.

Um dos projetos de gestão mais arrojados é a mudança da Facul-

dade de Direito para o *campus* da Pampulha, executando, assim, a decisão da Egrégia Congregação. Um novo espaço físico é imprescindível para atender às demandas advindas de novas propostas metodológicas, que se encontram limitadas nas instalações atuais.

A alteração dos Projetos Políti-

“Entre as prioridades da diretoria, está a promoção de uma maior integração entre os três segmentos da faculdade – alunos, professores e servidores.”

co-Pedagógicos dos cursos de Direito e Ciências do Estado promoverá uma efervescência intelectual no ambiente acadêmico. Serão exigidos debates e soluções inovadoras, pois a posição de melhor ensino do país nos coloca na vanguarda.

A consolidação da nota seis do Programa de Pós-Graduação – a maior nota alcançada na área do Direito – já nos faz mirar a nota sete. Esse objetivo exigirá de todos nós esforços ainda maiores. A permanência no topo da excelência acadêmica é tão custosa quanto a chegada.

Considerando a interação existente entre os cursos de graduação e pós-graduação, é necessária uma atuação holística. Precisamos manter a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, além de implementar as con-

dições de trabalho. Por isso, a qualificação aliada à recomposição do quadro de servidores técnico-administrativos são questões primordiais para o sucesso das propostas.

Por fim, a biblioteca, *alma mater* da formação acadêmica e intelectual, necessita ter ampliado seu acervo. A catalogação e a conservação do acervo das obras raras – um patrimônio cultural do povo brasileiro – são iniciativas importantíssimas para a preservação da memória e do desenvolvimento das nossas pesquisas.

Em linhas gerais, essas são as propostas que foram referendadas. Para serem concretizadas, tem-se como pressuposto inafastável a efetiva participação da comunidade acadêmica.



Fernando Gonzaga Jayme
Diretor da Faculdade de Direito

Justiça ao alcance de todos

Alunos e professores da Faculdade de Direito da UFMG atenderam cerca de mil pessoas nos plantões realizados em 2013. No primeiro semestre deste ano, mais de 500 pessoas já foram assistidas

Atuar na busca da efetivação dos direitos fundamentais e, ao mesmo tempo, proporcionar aos alunos do curso de graduação em Direito a oportunidade de exercer a prática da advocacia. Esses são os principais objetivos da Divisão de Assistência Judiciária (DAJ) da Faculdade de Direito da UFMG, que há 56 anos tem ajudado a população carente a defender seus direitos.

Em 2013, cerca de mil pessoas foram assistidas gratuitamente pela divisão nos diversos órgãos do Poder Judiciário e, no primeiro semestre deste ano, esse número já chegou a 500 casos. Os atendimentos são voltados para a orientação jurídica, a prevenção de litígios, a consultoria jurídica e o ajuizamento e acompanhamento de ações judiciais.

De acordo com a vice-diretora da DAJ, professora Tereza Cristina Sorice Baracho Thibau, os casos mais recorrentes são divórcio, dissolução de união estável, pensão alimentícia, direito do trabalho e *habeas corpus* para presos por furto. “Atuamos nas diversas áreas do Direito, porém, não pegamos casos relacionados ao crime contra a vida, ao Juizado Especial ou às ações contra a União”, explica.

Atualmente, 34 estagiários (estudantes do 7º período da Faculdade de Direito) e 22 orientadores (entre professores e advogados voluntários) participam dos atendimentos, realizando um trabalho bastante parecido com o que é desenvolvido pela Defensoria Pública. “Nós seguimos o mesmo padrão. Como é um trabalho que atende ao mesmo grupo social, de pessoas carentes, acaba que um complementa o outro. Quando a Defensoria está com muitas demandas, nos indica para as pessoas que precisam de atendimento e vice-versa”, ressalta.

Os interessados devem se dirigir ao plantão de atendimento da DAJ e responder a um questionário socioeconômico, que verificará se, realmente, há necessidade do serviço gratuito. Apenas depois que essa ficha for aprovada, o caso será analisado.

Todos receberão orientações jurídicas, porém somente os processos que tiverem o questionário aprovado serão iniciados. Os atendimentos são sempre realizados na sala de plantão, que fica localizada no primeiro andar da Faculdade de Direito, de terça à sexta-feira, das 12h às 14h.



Estagiários da DAJ apresentam trabalho da divisão na Semana do Conhecimento, no *campus* Pampulha

Vantagem à comunidade, aprendizado aos alunos

A professora Tereza Cristina Thibau reconhece que o trabalho desenvolvido pela DAJ é extremamente importante para quem não tem condições de pagar pelo serviço de um advogado. No âmbito social, a divisão cumpre o papel de proporcionar às pessoas informações jurídicas relevantes sobre questões individuais e acesso gratuito ao Poder Judiciário para a resolução de conflitos.

Por outro lado, os estagiários que prestam esse tipo de serviço são beneficiados pela aproximação com o cliente e com a prática jurídica. É o que enfatiza a professora: “Tentamos desenvolver a habilidade dos estagiários para

que eles possam ter outro olhar sobre a população carente. Essa realmente é uma experiência que dificilmente o aluno teria como estagiário em qualquer escritório de advocacia”.

“Tentamos desenvolver a habilidade dos estagiários para que eles possam ter outro olhar sobre a população carente. Essa realmente é uma experiência que dificilmente o aluno teria como estagiário em qualquer escritório de advocacia.”

O programa proporciona aos estagiários um amplo aprendizado ao permitir, ainda, a convivência direta com juízes, promotores de justiça, defensores públicos e advogados. Além disso, viabiliza a interação entre os alunos de pós-graduação e graduação, enriquecendo a troca de experiências. Por meio de outros projetos de extensão vinculados à divisão, os alunos também têm a oportunidade de realizar as mais diversas atividades, levando à sociedade o conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa.

Atendimento DAJ

- Orientações jurídicas: esclarecimento de dúvidas sobre questões simples para todos os públicos, independentemente da situação socioeconômica.
- Anotações de casos: após a avaliação da Diretoria da divisão, os casos aprovados são submetidos às medidas jurídicas cabíveis.

.....
LOCAL: Rua Guajajaras, nº 300, Centro, Belo Horizonte – MG.
.....

HORÁRIO: de terça a sexta-feira, das 12h às 14h.
.....

MAIS INFORMAÇÕES: (31) 3409-8667
.....

OBSERVAÇÕES:

- Não é necessário fazer agendamento.
- Nos plantões, é respeitada a ordem de chegada, no entanto, é dada preferência à pessoa idosa.
- As orientações são realizadas somente de forma presencial.

Faculdade de Direito da UFMG sedia Seminário Nacional sobre Ensino Jurídico e Formação Docente

Alunos e professores se reuniram nos dias 16 e 17 de outubro para discutir melhorias para a construção do conhecimento



Da esquerda para a direita: a coordenadora do Programa de Pós-Graduação, Maria Fernanda Salcedo Repolês; a coordenadora do seminário, Adriana Goulart de Sena Orsini; e o discente do Programa de Pós-Graduação da FDUFG, Pablo Leurquin

Com a proposta de possibilitar a troca de experiências entre diferentes atores do ensino para qualificar e ampliar o debate e a ação em prol do aperfeiçoamento das escolas de Direito no Brasil, a Faculdade de Direito da UFMG realizou o III Seminário Nacional sobre Ensino Jurídico e Formação Docente, nos dias 16 e 17 de outubro. O evento contou com a presença de mais de 200 pessoas de todo o Brasil.

Com organização das professoras Adriana Sena e Marcela Furtado, o Seminário abriu espaço para

discutir os seguintes assuntos: pós-graduação e sua relação com a graduação; experiências de ensino inovadoras; e ensino jurídico e iniciativas de discentes na Faculdade de Direito da UFMG. Também foram pautas a perspectiva discente sobre a educação jurídica e o que os alunos do Direito esperam do curso.

Segundo a professora Marcela Furtado, o objetivo desse evento foi colaborar para a melhoria do quadro do ensino do país na área. A ideia principal do seminário é trabalhar

a educação jurídica de maneira que se construam operadores do Direito capazes de compreender a dinâmica complexa dos processos sociais e, ao mesmo tempo, aptos para atuar ativa e criticamente dentro dessa realidade.

Aberto ao público, o seminário contou com palestrantes de diversas universidades. Participaram os professores doutores Maria Fernanda Salcedo Repolês (UFMG), Pablo Leurquin (UFMG), Daniela de Freitas Marques (UFMG), Fabrício Polido (UFMG), Juliana Cordeiro de Faria (UFMG), José Garcez Ghirardi (FGV SP), Alexandre Kehrig Veronese Aguiar (UNB), Luciana Barbosa Musse (UniCEUB), Maria Tereza Fonseca Dias (UFMG e FUMEC) e Marina Feferbaum (FGV SP). Os graduados em Direito pela UFMG, Bárbara Nogueira César Martins, Fernanda Santana e Pedro Vilela Resende, também tiveram voz.

Para a professora Marcela Furtado, a participação expressiva dos alunos na composição dos painéis, a exposição do professor Ghirardi, a apresentação cultural no encerramento, as discussões dos grupos de trabalho e o documento final com as conclusões do seminário foram os grandes destaques do encontro.

O tema arbitragem é discutido na Vetusta

Os alunos e professores da casa de Afonso Pena assistiram, no dia 14 de outubro, a uma palestra sobre arbitragem, assunto de extrema importância na área do Direito. O especialista convidado foi o italiano Giovanni Bonato, que abordou o tema *Arbitragem na França e na Itália: uma comparação com o sistema brasileiro*. Bonato é doutor em Direito Processual Civil pela Universidade de Roma La Sapienza, professor de Direito Comparado na Universidade Paris Ouest Nan-

terre La Defense e professor visitante de Processo Civil na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Após a apresentação, houve um debate com os professores Fabrício Polido e Juliana Cordeiro, ambos da Faculdade de Direito da UFMG. Também estavam presentes Mariza Porto, desembargadora do TJMG, que viabilizou o encontro, e Fernando Jayme, diretor da Faculdade de Direito da UFMG.



Fernando Jayme, diretor da Faculdade de Direito da UFMG; Juliana Cordeiro, professora de Direito na UFMG; Giovanni Bonato, especialista italiano em arbitragem; e os professores da Faculdade de Direito da UFMG, Christian Sahb e Fabrício Polido



Fernando Jayme, diretor da Faculdade de Direito da UFMG e a desembargadora do TJMG, Mariza Porto

Solenidade de posse

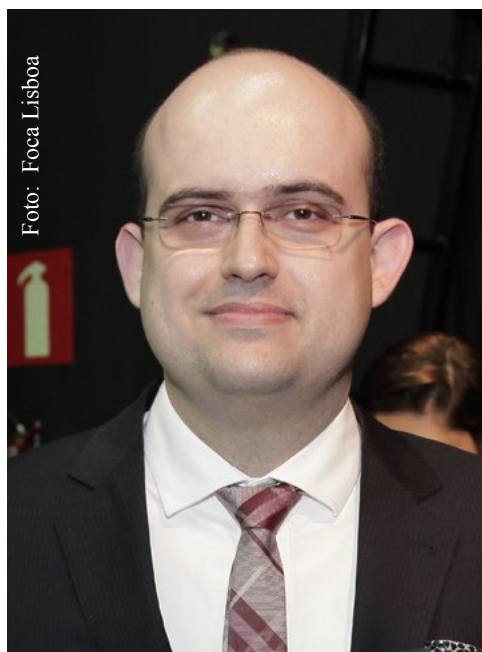
A Faculdade de Direito da UFMG realizou a solenidade de posse de seu novo diretor no dia 24 de novembro. O professor Fernando Jayme assumiu, oficialmente, a direção da instituição para a gestão 2015-2019. A cerimônia foi realizada no auditório *maximum* Alberto Deodato, na Faculdade de Direito. O evento contou com a presença do reitor da UFMG, Jaime Arturo Ramírez, que empossou Fernando ao cargo. Autoridades, professores, alunos, servidores, familiares e amigos do novo diretor também estiveram presentes.

Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1992, o professor Fernando Jayme é mestre e doutor em Direito pela UFMG (1999 e 2003). Foi promotor de Justiça no estado de Goiás (1994-1997) e, atualmente, é advogado e integra o Conselho Estadual de Direitos Humanos, representando a UFMG, o Instituto dos Advogados de Minas Gerais e o conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Minas Gerais.

Edgard Audomar Marx é premiado

Autor de trabalho da Faculdade de Direito sobre os usos do nome civil, o professor foi vencedor do Prêmio UFMG de Teses 2014

Com orientação da professora Mônica Sette Lopes, Edgard Audomar Marx se destacou na área do Direito com a tese *Os usos do nome: identidade, estado civil e ordem pública*. A pesquisa ficou entre os 45 melhores trabalhos de Doutorado defendidos em 2013. De acordo com os organizadores da premiação, cada Programa de Pós-Graduação indica uma tese de destaque, que é avaliada por uma comissão *ad hoc*, indicada pela Câmara de Pós-Graduação da UFMG.



Edgard Audomar Marx,
professor premiado

Neste ano, a solenidade de entrega do prêmio foi realizada no dia 15 de outubro, no auditório da Reitoria. Os vencedores receberam medalha, diploma e auxílio-viagem. **O Sino do Samuel** conversou com o professor Edgard Audomar Marx sobre o trabalho desenvolvido e o reconhecimento por parte da academia.

O Sino do Samuel: O que o motivou a estudar o tema referente aos usos do nome civil?

Edgard Audomar Marx: Não há uma razão direta ou específica. A escolha do tema passou um tanto por curiosidade e outro tanto pela análise da viabilidade. Havia uma limitação da área de pesquisa, com ênfase em direitos da personalidade, e eu pretendia fazer um trabalho de perfil mais dogmático. Daí, depois de avaliar as possibilidades, encontrei no nome um objeto que me interessava e poderia gerar bons resultados.

SS: De que maneira sua pesquisa é relevante para a comunidade acadêmica jurídica? E para a sociedade?

EM: A pesquisa foi desenvolvida na perspectiva de compatibilização dos institutos tradicionais do Direito

Civil com as necessidades sociais contemporâneas. Em grande medida, foi um trabalho de Teoria Geral do Direito Privado, com muitas repercussões no Direito de Família. Na prática, todas as pessoas têm um nome, que pode ser alterado ao longo da vida por inúmeras razões, inclusive pela vontade de mudança.

“Todas as pessoas têm um nome, que pode ser alterado ao longo da vida por inúmeras razões, inclusive pela vontade de mudança.”

SS: O nome é realmente importante para a formação da identidade do indivíduo?

EM: Em linhas gerais, a identidade corresponde ao reconhecimento de uma pessoa como ela mesma em várias situações. Por isso, o nome assume uma dimensão muito relevante perante a ordem jurídica, porque concentra os papéis que uma pessoa exerce (como cidadão, filho ou empregado, por exemplo). É por meio do nome que se sabe que uma pessoa é a titular de todas as suas relações jurídicas.

SS: Qual é a principal reflexão feita na tese?

EM: Por meio do nome, a pessoa é designada e individualizada. O nome é, assim, uma necessidade da vida social e a forma mais rápida e segura de fazer referência a alguém. Grande parte do interesse sobre o nome decorre da universalidade de sua prática, arraigada entre todas as sociedades. A formação de nomes é necessária e indispensável ao convívio em sociedade. O problema é como conciliar essas preocupações sociais com o tratamento pelo direito. Para enfrentar essas questões, o tema da pesquisa desenvolvida consistiu no tratamento jurídico do nome, tendo por problema o questionamento sobre o conteúdo do sistema de atribuição e o alcance da regra da imutabilidade.

SS: Qual foi a conclusão que você chegou ao fim da pesquisa?

EM: Foi de que a tutela jurídica do nome visa resguardar a individualidade que ele representa, ou seja, a expressão da identidade da pessoa que o porta. Como a identidade não é constituída de modo insular, mas por meio das relações sociais que se prolongam na história, concluiu-se que a imutabilidade do nome não é capaz de traduzir, com veracidade, a identidade inconstante do sujeito. Por isso, a alteração do nome não deve ser tratada como excepcional e a conveniência de seus motivos não deve estar submetida ao controle do Poder Judiciário, que deve somente averiguar sobre a produção de efeitos perante terceiros e evitar fraudes.

SS: Como foi receber o Prêmio UFMG de Teses 2014? Você esperava por isso?

EM: Foi uma agradável surpresa. O prêmio expressou o reconhecimento do Programa de Pós-Graduação em Direito e da universidade por um trabalho feito com esforço. Mas eu não o esperava. Acredito que somente durante a cerimônia de entrega eu tenha tomado a dimensão desse significado. Com todos os desafios que envolveram a elaboração da tese, terminá-la satisfeito com o

resultado já é uma conquista. O prêmio só aumenta essa alegria.

SS: Quais são seus planos daqui para frente? Pensa em se dedicar a outras pesquisas?

EM: Estou estruturando um novo projeto de pesquisa a longo prazo, que deverá servir de base para uma eventual atuação na Pós-Graduação. Foi preciso ter um período de descanso depois da defesa da tese e conciliar as atividades da faculdade, mas já defini que quero trabalhar com Direito Patrimonial nos próximos anos.



Humberto Osório Stumpf, pró-reitor adjunto de pós-graduação; Edgard Audomar Marx, com o certificado de premiação em mãos; e Mônica Maria Diniz Leão, pró-reitora adjunta de pesquisa

Informativo digital da Faculdade de Direito da UFMG.

Diretor da Faculdade de Direito: professor Fernando Gonzaga Jayme - **Fundador deste jornal:** professor Aloízio Gonzaga de Araújo Andrade - **Jornalista responsável:** Ana Carolina Bicalho – 11867/MG - **Redação:** Luciana Mayer - **Diagramação:** Anelise Dias Giordani - **Revisão e produções editorial e gráfica:** Partnersnet Comunicação Empresarial – (31) 3029-6888/www.partnersnet.com.br